

Causa de exoneração serão 60 mil contos

Representantes dos professores da Escola Superior de Educação de Setúbal acusaram ontem o presidente da Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Setúbal de ter aplicado os 60 mil contos (destinados pela Secretaria de Estado do Ensino Superior para o início da construção da escola) no seu próprio instituto e na Escola Superior de Tecnologia do distrito.

Este «desvio» de verbas, dizem os professores, estará na base da exoneração da presidente da Comissão Instaladora da E. S. E. de Setúbal, Ana Maria Bettencourt, ordenada por despacho de 29 de Janeiro passado.

«O projecto da E. S. E. de Setúbal, que tem como objectivo resolver alguns problemas graves do distrito fica assim posto em causa», salientou um professor. «A situação é grave», acrescentou, afirmando que os professores vão entrar em greve nos dias 25, 26 e 27 deste mês, se o despacho da Secretaria de Estado do Ensino Superior que exonera Ana Bettencourt não for suspenso e revogado. Segundo eles, a exoneração significa «a marginalização de uma pessoa e de um projecto que se estava a tornar incómodo».

A exoneração foi feita sob proposta do presidente da

Comissão Instaladora do Instituto Politécnico de Setúbal, Braço Forte, pelo facto de Ana Bettencourt ter protestado contra a eliminação dos 60 mil contos do orçamento da escola.

A Escola Superior de Educação de Setúbal, que não possui autonomia financeira na medida em que se integra no Instituto Politécnico, deveria estar construída em 1989. Neste momento, os cerca de 270 professores em formação estão a ter aulas em salas, corredores e até num palco de colectividades recreativas.

Criada há dois anos, a escola apresenta já um currículo invejável, estendo a executar vários projectos de apoio à modernização das escolas e cooperando com várias instituições, como o Instituto para o Desenvolvimento, a OCDE, o até com o Projecto Minerva, entre outras.

Greve nacional em Março

Mas este é apenas um caso pontual da luta que os professores já declararam ao Ministério da Educação. A greve nacional da classe marcada para 26 e 27 de Março vai, entretanto, recolhendo cada vez mais adesões.

Os professores primários, reunidos no domingo em



A contestação ao ministro da Educação conquistou a adesão dos estudantes do ensino secundário, que se vão juntar à manifestação marcada para sexta-feira

Aveiro, decidiram aderir a esta greve que une todos os professores do ensino não superior, os quais pretendem negociar com o Ministério o estatuto de carreiras docentes que, segundo a Lei de Bases, os deverá passar a reger, a partir de Outubro deste ano.

Manuela Esteves, do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, disse que o Ministério não está disposto a apresentar propostas, limitando-se a manter uma do tempo de José Augusto Seabra, enquanto o prazo para negociações se vai esgotando.

Este é, contudo, apenas um dos pólos da polémica que opõe os docentes ao Ministério da Educação. Um outro, de não menos importância, reside no facto de cerca de 30 mil professores não efectivos (do ensino primário) e provisórios (do ensino preparatório e secundário) viverem numa situação de instabilidade, na medida em que não têm quaisquer garantias de estabilidade de emprego, de ano para ano. O problema é agravado ainda pela saída de estudantes

já profissionalizados (que têm prioridade sobre os professores provisórios).

Para além disso, os professores provisórios estão limitados pelo restrito número de entradas para a formação (apenas 3 mil em 1987, quando as necessidades são de 5 ou 6 vezes mais).

Os professores do ensino especial encontram-se também nesta situação, não tendo qualquer tipo de estatuto e de garantias de trabalho.

Outra das «frentes» desta luta reside nas alterações introduzidas pelo Ministério da Educação na gestão das escolas, que Manuela Esteves classifica de «limitação forte da gestão democrática e autoritária».

Estudantes: adesão à «luta» aumenta

Os estudantes continuam também a sua luta, a qual começa a tomar novas proporções com a adesão à manifestação dos estudantes de Letras marcada para sexta-feira dos representantes dos estudantes do ensino secundário, da Escola de Belas-Artes e ainda do Insti-

tuto Superior de Engenharia de Lisboa.

Em greve ontem é hoje, os estudantes de Letras de Lisboa (as faculdades do Porto e de Coimbra não aderiram por estarem em período de avaliações) pretendem que o ministro da Educação dê garantias por escrito de que reconhece competência aos conselhos científicos e pedagógicos para resolverem a questão da reestruturação curricular dos cursos, que está na origem de toda a polémica.

Como João de Deus Pinheiro não os recebeu até à passada sexta-feira, os estudantes concluíram que o ministro não pretende ratificar o acordo a que chegaram com os presidentes dos conselhos científicos e pedagógicos, na reunião do Porto, nos dias 7 e 8 deste mês.

Os estudantes de Letras lutam contra a institucionalização dos «numerus clausus» nos dois últimos anos do curso de formação de professores e pela criação de novas especializações que lhes permitam diferentes saídas profissionais. □

Dia

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31

Política educativa
Cestao